

# **Análise do Comportamento e Terapia de Reorientação Sexual: Resgatando um Debate<sup>1</sup>**

*Behavior Analysis and Sexual Reorientation Therapy: Restoring a Debate*

Taimon Pires Maio<sup>\*.2</sup> e Carlos Eduardo Lopes<sup>\*,\*\*</sup>

<sup>\*</sup>Universidade Estadual de Londrina

<sup>\*\*</sup>Departamento, Universidade Estadual de Maringá

(Brasil)

## **Resumo**

Nos anos 1970, a Análise do Comportamento foi palco de polêmicas envolvendo a violação de direitos. Ativistas opuseram-se, tanto a patologização da homossexualidade, como ao uso da modificação do comportamento para a reorientação sexual. Apesar de alguns estudos terem investigado a participação de analistas do comportamento nessas terapias, pouca ênfase foi dada àqueles que se opuseram a elas. Considerando este fato, o objetivo deste artigo foi resgatar um debate crítico sobre as terapias de reorientação sexual protagonizado por algum analista do comportamento na década de 1970. Foi desenvolvida uma pesquisa histórica, que buscou artigos críticos de um analista do comportamento no relatório da American Psychological Association sobre procedimentos de reorientação sexual publicados entre os anos de 1960 a 2007. Foram identificados trabalhos de G. C. Davison, bem como réplicas a eles, configurando um debate ocorrido entre 1973 e 1978. A análise das fontes revelou que as críticas de Davison foram, inicialmente, teórico-metodológicas, mas, posteriormente, centraram-se em aspectos ético-políticos. As réplicas caracterizaram-se pela defesa da neutralidade científica e da voluntariedade do paciente como critério para a oferta de procedimentos de reorientação sexual. Conclui-se que essa história não deve ser esquecida, sob a pena da área repetir os mesmos erros do passado.

---

1 Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, e financiado também pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de projeto aprovado no Edital Universal 2021, coordenado pelo segundo autor. (Processo no 423361/2021-0).

2 Endereço para correspondência: Taimon Pires Maio. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Centro de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Londrina, PR-445, Km 380, CEP 86051-990 - Londrina, PR, Brasil. E-mail: taimon.maio@gmail.com

*Palavras-chave:* homossexualidade, terapia comportamental, ética, valores, política, ciência

### Abstract

In the 1970s, Behavior Analysis was the center of controversies involving the violation of human rights. In the context of homosexual rights, activists from Gay Liberation Front opposed both the classification of homosexuality as a pathology and the use of behavior modification for sexual reorientation. Although some studies have investigated the participation of behavior analysts in these therapies, little attention has been given to those who opposed them. Considering this fact, the aim of this article was to restore a critical debate about these therapies carried out by any behavior analyst in the 1970s. To achieve this, we conducted historical research, searching for critical articles by any behavior analyst in the American Psychological Association report on sexual reorientation procedures. We found two articles by G. C. Davison, which served as a starting point for the search for other works, totaling seven articles retrieved: three critical of sexual reorientation procedures, three replicas in favor of such procedures, and one rejoinder. Davison initially directed many of his criticisms at the theoretical and methodological flaws in sexual reorientation research, gradually becoming more critical of its ethical and political aspects. Replies to Davison's arguments came from authors of different theoretical orientations. They consisted of understatement of the socio-political aspects of prejudice against homosexuals, defending the patient's voluntary choice for the procedures, and accusing Davison of political bias in his scientific practice. Concerning the behavior analysis community, Davison highlighted the neglect in the area and its weak adherence to the theoretical and philosophical principles of Behavior Analysis (e.g., determinism, functional analysis, refusal to pathologize homosexuality) in research on the topic. We concluded that the behavior analysis community must take a political stance and confront its past; otherwise, it may continue to repeat the same mistakes.

*Keywords:* homosexuality, behavioral therapy, ethics, values, politics, science

Nos anos 1970, a Análise do Comportamento foi palco de polêmicas envolvendo programas de modificação de comportamento<sup>1</sup> implementados em instituições prisionais e hospitais psiquiátricos (ver Rutherford, 2009). O contexto crítico começou a se construir em 1971, quando o então presidente da American Psychological Association (APA), Kenneth B. Clark, em uma das convenções da associação, argumentou que cientistas comportamentais deveriam se voltar mais para questões morais, defendendo, assim, mais pesquisas sobre as apelidadas “pílulas da paz”, isto é, técnicas bioquímicas que promovessem o controle dos abusos de poder na sociedade (Rutherford, 2006).

Em resposta ao discurso de Clark, um congressista democrata, Cornelius Gallagher, solicitou que o governo federal investigasse todos os contratos federais e fundos fornecidos a APA, de modo a garantir que não houvesse qualquer incentivo a projetos de controle químico dessa natureza. Poucos meses depois, Gallagher exigiu

uma investigação do mesmo tipo para os financiamentos recebidos por Skinner, que tinha acabado de publicar *Beyond Freedom and Dignity* (Rutherford, 2006). Esse movimento culminou em uma investigação nacional dos fundos da modificação do comportamento pelo governo federal, sobretudo, em pesquisas envolvendo o sistema prisional (Rutherford, 2009). Assim, veio a público o projeto de reabilitação do Medical Center for Federal Prisoners, em Springfield, no Missouri, que ocorreu de 1972 até 1974. Inspirado nos trabalhos sobre economia de fichas, o projeto consistia em um programa de manejo de contingências de reforçamento e punição para prisioneiros considerados mais problemáticos (Rutherford, 2006, 2009).

Os advogados da American Civil Liberties Union (ACLU) assumiram o caso dos prisioneiros alegando a violação de seus direitos fundamentais (Rutherford, 2006, 2009). Isso levou a corte norte-americana à conclusão de que o programa era eticamente controverso, uma vez que a inserção de prisioneiros era involuntária e alterava radicalmente suas condições de vida. Foi decretado, assim, o fim dos financiamentos federais de todos os programas envolvendo modificação do comportamento (Rutherford, 2009).

Em paralelo às ações governamentais, em 1974, o então presidente da APA, Albert Bandura instaurou uma comissão para avaliar o mau uso da modificação do comportamento em diferentes instituições<sup>2</sup>. Seguiu-se, então, uma maior regulamentação da área por meio da criação de certificação e padronização de treinamentos necessários ao título de analista do comportamento, que, estrategicamente, substituiu o modificador de comportamento (Rutherford, 2009).

A década de 1970 também foi marcada pela luta política e por direitos civis de diversas minorias, em particular de mulheres, negros e homossexuais. No âmbito dos direitos dos homossexuais, ativistas da Gay Liberation Front adotaram como tática a invasão de eventos da American Psychiatry Association opondo-se à patologização da homossexualidade (Morgan & Nerison, 1993). Em um caso notório, ocorrido na convenção da American Psychiatry Association de 1970, o psiquiatra Nathaniel McConaghy foi alvo de ataques inflamados de ativistas enquanto apresentava um estudo que empregava procedimentos respondentes aversivos para o tratamento dos desvios sexuais (Morgan & Nerison, 1993).

A tática se mostrou efetiva e no final de 1973 a organização retirou a homossexualidade da nova edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM). No mesmo ano, foi criada a associação de psicólogos gays e lésbicas, que passou a defender a adoção de políticas afirmativas para essa população – uma causa que passou a ser oficialmente apoiada pela APA somente em 1975 (Drescher, 2015), com a criação de uma força tarefa sobre questões gays e lésbicas (Morgan & Nerison, 1993).

Recentemente, a atuação de analistas do comportamento com a população LGBTQIA+ tem sido problematizada na área, revelando uma história controversa (Capriotti & Donaldson, 2022; Carvalho et al., 2013; DeFelice & Diller, 2019; Morris et al., 2021). Carvalho et al (2013) por exemplo, revisaram os estudos sobre o tema da homossexualidade publicados no *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA) de 1968 até 2010, tendo constatando que, dos dez estudos encontrados, cinco tratavam a homossexualidade como desvio da norma social. Em um dos

estudos revisados (Rekers & Lovaas, 1974), os autores apresentaram resultados de uma intervenção que visava desenvolver condutas consideradas tipicamente masculinas em um menino “afeminado” de cinco anos de idade. O impacto social ainda atual desse polêmico estudo levou recentemente profissionais da análise do comportamento a solicitarem aos editores do JABA a retratação do artigo (SEAB & LeBlanc, 2020).

Seguindo uma mesma linha crítica da história de atuação de analistas do comportamento com pessoas LGBTQIA+, Conine et al. (2022) apontaram que a área continua sendo omissa, o que ser verificaria, por exemplo, na resistência do corpo editorial do JABA em retratar o artigo de Rekers e Lovaas (1974). Além disso, a falta de uma oposição formal de organizações da área às terapias de reorientação sexual, ou mesmo do reconhecimento de seus danos, contrasta com o posicionamento de diversas organizações, como a American Psychological Association, American Psychiatric Association, American Academy of Pediatrics, American Medical Association (Conine et al., 2022).

Apesar de estudos anteriores terem oferecido uma importante contribuição para uma reconstrução histórica da participação de analistas do comportamento na defesa e condução das terapias de reorientação sexual (Capriotti & Donaldson, 2021; Carvalho et al., 2013; Conine et al., 2022; Morris et al., 2021), pouca ênfase foi dada àqueles que se opuseram ostensivamente a tais práticas durante essa história. Tendo isso em vista, o objetivo deste trabalho foi dar um primeiro passo para preencher essa lacuna, resgatando um debate crítico sobre as terapias de reorientação sexual protagonizado por algum analista do comportamento na década de 1970.

## Método

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa histórica, que adotou como recorte temporal a década de 1970. A justificativa para esse recorte encontra-se no fato de ser um período de intensos debates sociais e mudanças na opinião pública sobre a homossexualidade, nos Estados Unidos, afetando a Psicologia em geral, e a Análise do Comportamento em especial (Johnson, 2022; Morgan & Nerison, 1993).

A busca das fontes teve como ponto de partida o Capítulo 7 (Ethical concerns and decision making in psychotherapy with adults) do relatório da American Psychological Association (2009), que revisou dados sobre tentativas de reorientação sexual na prática clínica entre os anos 1960 e 2007. Foram recuperados os trabalhos publicados nos anos 1970, cujos títulos e resumos apontassem para discussões críticas sobre a temática. Foram obtidos dois trabalhos de um analista do comportamento, Gerald C. Davison<sup>3</sup> (1976, 1978), publicados em *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. Uma busca adicional foi, então, realizada nas publicações da década de 1970 desse mesmo periódico, recuperando-se três réplicas a Davison (1976) (Bieber, 1976; Halleck, 1976; Sturgis & Adams, 1978) e uma tréplica do autor (Davison, 1978).

Uma nova busca foi realizada no perfil de usuário de Davison no Google Scholar de modo a identificar outros estudos do autor, publicados no mesmo recorte temporal. Com isso, foram recuperados mais três artigos, dois publicados em *Behavior Therapy* (Davison & Wilson, 1973; Wilson & Davison, 1974) e um no *Journal of Homosexuality* (Davison, 1977). Uma nova busca foi realizada nesses periódicos. Em *Behavior Therapy* nenhum novo artigo foi recuperado, e em *Journal of Homosexuality* foram recuperadas três réplicas (Feldman, 1977; McConaghy, 1977; Binder, 1977) ao artigo de Davison (1977).

Os artigos selecionados foram lidos na íntegra e as informações organizadas em fichamentos para cada um dos textos, com destaque para os argumentos relativos às terapias de reorientação sexual. Na medida em que alguns dos artigos selecionados eram réplicas ou tréplicas, foi possível, nesses casos, identificar tanto os argumentos críticos quanto os em defesa das terapias de reorientação sexual, reconstruindo assim um debate sobre o assunto.

## **Resultados e Discussão**

Os dados obtidos com a análise do material serão apresentados e discutidos em três partes. Primeiramente, o debates será reconstruído, organizando tematicamente os argumentos e contra-argumentos apresentados nas diferentes publicações. Em seguida, será apresentado um contexto que permite compreender mudanças que ocorreram nas críticas de G. C. Davison, no decorrer do tempo. Por fim, serão discutidos os principais contra-argumentos dos opositores de Davison, indicando algumas explicações (e implicações) do posicionamento desses autores.

### **I. A Reconstrução do Debate**

O debate acerca de terapias de reorientação sexual protagonizado por G. C. Davison iniciou-se com uma sequência de três artigos críticos, publicados em 1973, 1974 e 1976. Os dois primeiros artigos tiveram como coautor G. T. Wilson, e foram publicados em *Behavior Therapy*. O artigo de 1976, de autoria de Davison, foi publicado em *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, em um número que contou com réplicas de Irving Bieber e Seymour L. Halleck. Em 1978, no mesmo periódico E. Sturgis e H. E. Adams publicaram mais uma réplica ao artigo de Davison de 1976, que foi acompanhada de uma tréplica do autor, publicada no mesmo número. O debate teve prosseguimento com a publicação de uma nova versão do artigo de 1976, um ano depois, no *Journal of Homosexuality*, em um número que contou com as réplicas de Nathaniel McConaghy, Carl. V. Binder, e Philip Feldman.

Em todo o debate foi encontrada uma semelhança temática, o que permitiu o agrupamento dos argumentos e contra-argumentos em três eixos (teórico-metodológico; ético e normativo; e sociopolítico), que serão empregados na apresentação e discussão dos resultados da pesquisa.

### *Argumentos e Contra-Argumentos Teórico-Metodológicos*

O primeiro artigo crítico, publicado por Davison e Wilson (1973), discutiu as atitudes de terapeutas comportamentais em relação à homossexualidade. Para tanto, os autores conduziram uma pesquisa de opinião com 224 terapeutas comportamentais, vinculados à Association for Advancement of Behavior Therapy (AABT) e à British Behavior Therapy Association. Esses profissionais foram indagados por correspondência sobre suas atitudes em relação à homossexualidade e seu manejo terapêutico com essa população.

Davison e Wilson (1973) enfatizaram que mais de dois terços dos terapeutas consultados menosprezava as complexidades do tema da sexualidade e gênero já no processo de avaliação, ignorando especificidades topográficas do comportamento homossexual. Com isso, eles partiam do princípio de que homossexuais constituíam uma população homogênea, que compartilhava um comportamento-alvo comum. Um exemplo dessa concepção, aparecia em estudos que distribuíam os pacientes aleatoriamente entre diferentes condições de tratamento, negligenciando até mesmo as distinções entre homens e mulheres na avaliação do comportamento homossexual. Além disso, as análises funcionais observadas nas pesquisas eram frequentemente incompletas (Davison & Wilson, 1973).

Sustentando a relevância de se considerar as diferenças na população homossexual, Wilson e Davison ilustraram a distinção entre sexos em um artigo posterior (Wilson & Davison, 1974), sugerindo que as mulheres poderiam ser menos estimuladas visualmente do que os homens, e mais propensas a entrar em uma relação romântica antes de efetivar o ato sexual. Já no que se refere a possíveis diferenças entre homens homossexuais “ativos” e “passivos”, Wilson e Davison (1974) conjecturaram que os ativos poderiam ser mais orientados à heterossexualidade convencional em decorrência da semelhança topográfica entre o sexo anal e oral praticado com homens e o sexo vaginal e oral praticado com mulheres.

De acordo com Wilson e Davison (1974), o adequado emprego da análise funcional era necessário ao desenvolvimento de novos repertórios comportamentais, levando ao uso de técnicas como modelação, reversão comportamental, treinamento assertivo e atribuição de tarefas de casa. No entanto, os terapeutas comportamentais davam enfoque à redução do comportamento homossexual com procedimentos aversivos e, apenas secundariamente, buscavam promover o comportamento heterossexual propriamente dito (Davison & Wilson, 1973; Wilson & Davison, 1974). Para os autores, quando a avaliação levasse à conclusão de que a homossexualidade se devia à ansiedade heterossexual, o tratamento poderia ser a dessensibilização sistemática, acrescida das demais técnicas de modificação do comportamento (Davison & Wilson, 1974). Por outro lado, se o objetivo fosse a promoção da excitação heterossexual, a intervenção ideal seria reforçar sua ocorrência (Davison & Wilson, 1974).

No que se refere a discussões sobre a efetividade das técnicas de reorientação sexual, Wilson e Davison (1974) destacaram a necessidade de mais estudos comparativos que investigassem técnicas comportamentais isoladas e combinadas.

Já em um aspecto mais geral, os autores sugeriram a necessidade de uma melhor compreensão dos padrões comportamentais complexos que constituem o que se denomina de “homossexualidade”, por se tratar de um pré-requisito necessário aos estudos sobre a modificação desses padrões (Wilson & Davison, 1974)

Em dois artigos posteriores, Davison (1976, 1977) deu destaque ao que considerou um problema teórico comum entre defensores das terapias de reorientação sexual: a adoção do consentimento ou voluntariedade do paciente como principal critério para condução de tais terapias. Para o autor, a insistência nesse critério por parte de terapeutas comportamentais contradizia o compromisso meta-teórico da Análise do Comportamento com o determinismo (Davison, 1976, 1977). Se o comportamento é determinado, a escolha de um paciente por um procedimento é apenas mais um comportamento, que, como tal, também é função de variáveis ambientais (e não uma escolha livre e autônoma).

Outro problema teórico identificado por Wilson e Davison (1974) na abordagem do comportamento homossexual por parte de alguns terapeutas foi a prática de combinar técnicas comportamentais com modelos explicativos de outras teorias, como a psicanálise. Em uma crítica aos estudos de Irving Bieber, os autores indicaram problemas decorrentes da incompatibilidade entre a teoria freudiana – adotada por ele – e a teoria comportamental. Segundo os autores, a teoria psicanalítica conceberia o desenvolvimento sexual como manifestações sucessivas de um impulso biológico fixo, ao passo que, na teoria comportamental, a homossexualidade seria um conjunto de comportamentos aprendidos e mantidos da mesma forma que a heterossexualidade.

Em um artigo posterior, Davison (1976) complementou as críticas a interpretações psicanalíticas do comportamento homossexual. De acordo com ele, apesar de algumas pesquisas (e.g., Bieber et al., 1962) demonstrarem diferenças no padrão familiar e de desenvolvimento entre heterossexuais e homossexuais, isso não indicava determinação patológica, mas apenas diferenças entre os grupos pesquisados. O mesmo argumento se aplicaria aos maiores índices de transtornos afetivos observados em homossexuais, indicados por alguns estudos desse período. Esses resultados poderiam ser entendidos como uma consequência direta do preconceito social vivenciado por essa população (Davison, 1976).

Respondendo às críticas de Davison (1976), Bieber (1976) reafirmou o caráter psicopatológico da homossexualidade pautado em “evidências” obtidas por ele próprio em consultas psiquiátricas realizadas no início dos anos 1960 com 850 homens homossexuais. As conclusões extraídas dessas consultas foram de que a mãe e o pai desses homens frequentemente não mantinham uma boa relação entre si, de tal forma que as mães passavam a preferir os filhos ao próprio marido. Como consequência, essas mães tornavam-se excessivamente íntimas e “desmasculizantes” em relação aos filhos, ao passo que a relação entre os pais e seus filhos homossexuais eram sempre negativas, com os pais desapegados, abertamente hostis ou “ausentes”. Bieber (1976) também defendeu que sua perspectiva psicanalítica o tornaria apto a visualizar as relações familiares perturbadas e a conduta possessiva das mães, enquanto a perspectiva comportamental de Davison o levaria a omitir o histórico

de vida e familiar do paciente, considerando assim a homossexualidade como um comportamento normal.

### *Argumentos e Contra-Argumentos Éticos e Normativos*

Apesar de no artigo de 1974, Wilson e Davison darem ênfase aos problemas teórico-metodológicos de estudos de reorientação sexual com homossexuais, eles também abordaram alguns aspectos éticos. Um deles foi a defesa do emprego de procedimentos “benignos” em lugar de procedimentos aversivos no processo de reorientação sexual. Para essa defesa, os autores basearam-se em um estudo anterior do próprio Davison (1968), que ensinou um paciente a se tornar excitado frente a um estímulo inicialmente neutro apresentado logo após a masturbação. Vale ressaltar, no entanto, que no seu artigo de 1976, Davison apresentou uma mudança em sua posição sobre o uso desses procedimentos. Ele passou a sustentar que os dados sobre a efetividade das terapias de reorientação sexual não deveriam ser os aspectos mais relevantes a serem levados em consideração no debate, mas sim a própria oferta desses procedimentos aos pacientes, que violariam os seus direitos básicos.

Outro aspecto ético abordado no artigo de 1974 foi a defesa do emprego de procedimentos aversivos pelos terapeutas comportamentais de sua época. Geralmente, a justificativa era que tais procedimentos seriam legítimos quando o próprio paciente solicitasse ou consentisse. Segundo Wilson e Davison (1974), esse consentimento já vinha sendo questionado pelos membros da Gay Liberation Front. Em discussões posteriores, Davison (1976, 1977, 1978) enfatizou o caráter “determinista” do consentimento, argumentando que o preconceito da sociedade, reproduzido acriticamente por terapeutas, era o que levava os pacientes a procurarem por procedimentos de reorientação sexual. Com isso, Davison (1976, 1977) propôs que terapeutas comportamentais reconhecessem que a terapia não era neutra, e rompendo com a reprodução de preconceitos contra homossexuais, deixassem de oferecer tais procedimentos.

O preconceito de terapeutas com a homossexualidade também se refletia em aspectos normativos de sexualidade que influenciavam diretamente os estudos de reorientação sexual. Para Wilson e Davison (1974) isso ficava evidente na perspectiva psicanalítica, que vinculava a homossexualidade à anormalidade. Já de uma perspectiva comportamental, “normal” e “anormal” seriam apenas rótulos que refletem valores sociais daqueles que rotulam. Em 1976, em seu artigo solo, Davison afirmou que os vieses dos terapeutas consistiam em, primeiramente, avaliarem a conduta homossexual como patológica e, posteriormente, procurarem por um histórico que a fundamentasse. De acordo com o autor, essa postura poderia ter relação com a perspectiva psicanalítica adotada na compreensão da homossexualidade, que, por vezes, era combinada com técnicas comportamentais para reorientar a sexualidade do paciente (Davison, 1976).

Irving Bieber tentou responder às críticas à psicanálise em sua réplica, publicada em 1976. De acordo com o autor, Freud auxiliou no abandono do mito de que a homossexualidade era uma doença degenerativa, ou ainda uma prática imoral,

pecaminosa ou criminosa, elucidando-a, assim, como um problema psicológico, decorrente de uma obstrução no desenvolvimento psíquico normal (Bieber, 1976). Assim, Bieber conclui que figuras como Davison representavam um novo mito, que entendia a homossexualidade como uma mera variante da sexualidade normal, disseminando, assim, a desinformação, sem alterar em nada o preconceito social sofrido por esse grupo.

Cabe ressaltar que McConaghy (1977), Binder (1977) e Feldman (1977) também discordaram de Davison a respeito da restrição dos procedimentos de reorientação sexual. Feldman (1977), por exemplo, afirmou que a recusa de um terapeuta em fornecer os procedimentos de reorientação sexual, embasada no argumento da imposição social de valores associados a heterossexualidade (como casar e constituir uma família), implicaria que esse terapeuta estaria defendendo que os pacientes só poderiam ser felizes pelas formas aprovadas por ele.

Já Halleck (1976), em sua réplica, concordou com a análise de Davison (1976) de que a terapia não é um empreendimento neutro, e que o posicionamento de terapeutas em relação à homossexualidade seria um julgamento de valor que poderia tornar a terapia opressiva. No entanto, assim como os demais opositores de Davison (Bieber, 1976; McConaghy, 1977; Binder, 1977; Feldman, 1977; Sturgis & Adams, 1978), Halleck criticou a proposta de não oferecer, de modo algum, técnicas de reorientação sexual a pacientes. Segundo Halleck, isso poderia se converter em um risco aos pacientes, dado a existência de questões éticas complexas que demandariam uma avaliação clínica caso a caso. Para ilustrar seu argumento, o autor mencionou demandas que considerava justificáveis para o emprego de técnicas de reorientação sexual, como o desejo de casar e constituir família, o medo de opressões, o sentimento de culpa durante ato sexual, o medo da heterossexualidade, a necessidade de controle de impulsos sexuais para preservar o casamento, e os casos de pedofilia (Halleck, 1976).

Considerando todas essas possibilidades, Halleck (1976) sustentou que os procedimentos de reorientação sexual não deveriam ser implementados até que uma avaliação detalhada esclarecesse as reais motivações do paciente e suas possíveis consequências. Ele propôs, como alternativa ao abandono do uso das técnicas comportamentais de reorientação sexual, o diálogo e conscientização junto ao paciente. Nesse aspecto, Halleck (1976) compreendia a questão da voluntariedade e consentimento no processo terapêutico como relacionada à quantidade de informações que o paciente possuía. Algumas dessas informações incluíam: o que está causando suas dificuldades, o efeito potencial do tratamento, e até mesmo quais são as teorias psicológicas e biológicas atuais sobre a homossexualidade e como elas se relacionam com o paciente. Adicionalmente, alguns aspectos fundamentais no diálogo entre terapeuta e paciente incluíam: a avaliação da forma como o paciente pesa as gratificações e privações do papel homossexual, contra as gratificações e privações decorrentes do seu abandono, bem como a avaliação do paciente sobre o que ele abdicará ou ganhará engajando-se em tal mudança. Para Halleck (1976), a maior parte dos pacientes mudaria de ideia sobre a reorientação sexual após devidamente instruídos sobre esses aspectos. A partir daí, seria possível auxiliá-los

a encontrar formas de sobreviver em uma sociedade opressora e obterem satisfação mesmo sem poder constituir uma família (Halleck, 1976).

Reiterando as críticas de Halleck (1976) a Davison (1976), Sturgis e Adams (1978) deram ênfase à necessidade de o terapeuta expor seus valores aos pacientes. Isso permitiria que o paciente avaliasse se aceitaria ou não as opções de tratamento disponíveis, levando-o a conhecer também as possíveis consequências das técnicas utilizadas (Sturgis & Adams, 1978).

Outra crítica de Sturgis e Adams (1978) aos argumentos de Davison (1976) referia-se ao papel do preconceito nos problemas psicológicos de homossexuais. Para os autores, apesar de válida, a argumentação de Davison implicava que o preconceito social seria exclusivo da homossexualidade. Para eles, no entanto, tais pressões existiam para quaisquer comportamentos fora da norma, como em questão étnico-raciais, em relação às mulheres bem-sucedidas, entre outros (Sturgis & Adams, 1978). Os autores acrescentaram ainda que apenas investigações empíricas poderiam constatar se homossexuais sofrem mais preconceito que outros grupos (Sturgis & Adams, 1978).

Respondendo à questão do preconceito, colocada por Davison (1977), Feldman (1977) argumentou que a disponibilidade da terapia de reorientação sexual só apoiaria o preconceito se ela estivesse sendo apresentada como única alternativa a esse público, o que, segundo o autor, não ocorria. Ao enfatizar a disponibilidade de alternativas, Feldman (1977) recorria à “escolha” do paciente como principal critério para a condução de terapias de reorientação sexual, ao mesmo tempo em que eximia os terapeutas de apresentarem um posicionamento explícito sobre o “tratamento” da homossexualidade.

Tanto McConaghy (1977) quanto Feldman (1977) afirmaram que o argumento de Davison (1977), de que os terapeutas estariam fundamentando suas intervenções de reorientação sexual na patologização do comportamento homossexual, carecia de respaldo empírico. Feldman (1977) lembrou da pesquisa de opinião realizada pelo próprio Davison em 1973 (Wilson & Davison, 1973), na qual a maioria dos terapeutas havia negado que a homossexualidade indicava patologia, concordando que homossexuais poderiam ser felizes com sua própria orientação sexual. Nesse mesmo tema, Sturgis e Adams (1978) argumentaram que Davison (1976) estaria equivocado ao dizer que a vinculação da homossexualidade à anormalidade seria um pré-requisito necessário para os terapeutas fundamentarem suas práticas de reorientação sexual. Segundo os autores, o emprego que os terapeutas comportamentais faziam das técnicas não implicava de imediato que compreendessem o paciente como “doente”. Nesse aspecto, eles afirmaram que muitas pessoas que procuravam por intervenções comportamentais eram apenas indivíduos funcionais que experienciavam dificuldades em alguns aspectos de suas vidas (Sturgis & Adams, 1978). Dessa forma, se fosse problemático tratar daqueles que relatam insatisfação com suas preferências sexuais, então também o seria tratar indivíduos insatisfeitos com padrões de comportamentos não sexuais (Sturgis & Adams, 1978). Para os autores, um clínico que respondesse diferentemente à homossexualidade, estaria reagindo às pressões sociais e políticas, em vez de às questões básicas referentes ao tratamento psicoterápico (Sturgis & Adams, 1978).

Em seu artigo de 1978, Davison apresentou uma tréplica ao argumento de Sturgis e Adams (1978) da voluntariedade e consentimento do paciente pela busca e aceitação de procedimentos de reorientação sexual. Segundo Davison (1978), a ação eticamente mais adequada não necessariamente era a que tornava seus pacientes mais satisfeitos, mas, muitas vezes, era o contrário, sobretudo em situações nas quais os objetivos da terapia almejados pelo paciente fossem eticamente questionáveis.

Para Davison (1976), a escassez de publicações, somada à disponibilidade das técnicas de reorientação sexual aos terapeutas, favoreceu o seu emprego, o que também pode ser observado na conceitualização que os terapeutas comportamentais faziam de seus pacientes em termos da técnica. Para o autor, os terapeutas comportamentais terminavam por apresentar uma contradição aos pacientes: de um lado afirmam que seus comportamentos eram “normais” e, de outro, disponibilizam técnicas, inclusive dolorosas, destinadas a eliminar esses mesmos comportamentos (Davison, 1976).

### *Argumentos e Contra-Argumentos Sociopolíticos*

Em seu artigo de 1976, Davison abordou pela primeira vez questões relacionadas às terapias de reorientação sexual em um viés explicitamente político. Nesse texto, o autor defendeu que não havia neutralidade ética e política por parte dos terapeutas, reiterou a ampla variabilidade no espectro da sexualidade humana, e reafirmou sua crítica à patologização da homossexualidade. Ele também demonstrou um posicionamento bem estabelecido sobre minorias, mencionando as críticas da American Civil Liberties Union a determinados programas institucionais associados à terapia comportamental. Nesse contexto, o autor indicou que, muitas vezes, em terapias comportamentais os treinos de redução de ansiedade e de assertividade tinham como alvo os oprimidos, em lugar de promoverem mudanças nos opressores (Davison, 1976).

No artigo de 1974, Wilson e Davison já tinham proposto que terapeutas comportamentais poderiam atuar em nível social. Isso se daria via diálogo com grupos gays, apoiando a revogação de leis contra relações sexuais consentidas entre adultos do mesmo sexo, e o direito de se reunirem publicamente. Posteriormente, Halleck (1976) apontou questões semelhantes, tecendo críticas aos terapeutas comportamentais de sua época por não avaliarem junto a seus pacientes o significado do comportamento em termos de sistemas sociais. Segundo o autor, muitos terapeutas até mesmo orgulhavam-se de sua habilidade de mudar o comportamento sem necessitar de tais diálogos, evidenciando o caráter estritamente técnico de suas intervenções (Halleck, 1976).

Sturgis e Adams (1978) opuseram-se à defesa de Davison (1976) de que terapeutas deveriam atuar nos sistemas sociais e não nos indivíduos. Para os autores, as mesmas considerações de Davison em relação aos direitos dos homossexuais deveriam ser aplicadas à sociedade: a intervenção deveria ser por ela solicitada e consentida. Se forçar o paciente a mudar seria errado, então o mesmo se aplicaria à sociedade, que, segundo os autores, não seria menos complexa que o indivíduo

e demanda cooperação para que se promova mudanças. De acordo com Sturgis e Adams (1978), com indivíduos como pacientes, a terapia poderia ser objetiva, empiricamente fundamentada e ética – aspectos que escapariam aos profissionais quando eles se voltam para a sociedade.

Sturgis e Adams (1978) fazem também uma espécie de alerta a Davison: mesmo que o sofrimento de homossexuais fosse decorrente do preconceito sofrido, não se seguiria que a solução do problema seria a modificação das atitudes da sociedade. Ademais, para os autores, os vieses dos terapeutas comportamentais apontados por Davison (1976), ocorriam em relação a todas as instâncias do comportamento humano, e não apenas em relação aos homossexuais. Diante disso, de acordo com os autores, caberia aos psicólogos orientarem-se exclusivamente pelos dados:

Embora psicólogos devam tentar educar o público sobre as questões factuais relacionadas à homossexualidade (ou outros padrões de comportamento), eles deveriam abster-se de apresentar informações que não estejam baseadas em dados. A propaganda social ou esforços de reeducação baseados em opiniões pessoais, em vez de evidências empíricas, podem ter consequências drásticas para a sociedade e para a profissão. (Sturgis & Adams, 1978, p.127)

Davison (1978) apresentou uma tréplica a Sturgis e Adams (1978), alegando que os autores não compreenderam devidamente a proposta do seu artigo de 1976. De acordo com Davison, embora os indivíduos pudessem se beneficiar simplesmente abdicando de programas de reorientação sexual, as suas propostas de intervenção poderiam ser melhor interpretadas a partir de uma perspectiva institucional, em contraposição ao enfoque individual adotado pelos autores.

Davison (1978) afirmou ainda que Sturgis e Adams (1978) estavam corretos a respeito de seus argumentos serem baseadas em considerações sociopolíticas em detrimento de dados empíricos. Eles falharam, no entanto, em compreender que os temas com que os terapeutas vinham lidando eram justamente de natureza política, transcendendo considerações de pesquisa empírica. Dessa forma, Davison (1978) conclui que as críticas dos autores foram irrelevantes para o seu artigo de 1976.

De acordo com Davison (1978), Sturgis e Adams (1978) também não demonstraram compreensão da natureza social da evidência científica, como o fato de que psicólogos têm ideias preconcebidas de quais dados irão obter e do que farão com eles. Além disso, Davison (1978) discordou do argumento dos autores de que ele negligenciaria uma avaliação cuidadosa das necessidades dos pacientes por não conseguir separá-las de suas próprias necessidades e pressões sociopolíticas. Para Davison, essa dicotomia é, em si mesma, problemática, uma vez que desconsidera o fato de que variáveis éticas e políticas fazem parte do empreendimento teórico-analítico-comportamental (Davison, 1978).

Por fim, Davison (1978) respondeu à questão da neutralidade, apontada por Sturgis e Adams (1978). O autor defendeu que, em vez de adotar uma suposta neutralidade, os terapeutas deveriam assumir os seus vieses e aceitar os desafios decorrentes dessa aceitação. Um desses desafios, de acordo com Davison (1978), dizia respeito às discussões sobre o conteúdo do treinamento clínico, que poderia se

beneficiar não só de cursos de aprendizagem e estatística, mas também de política, sociologia e filosofia.

## II. Contexto das Mudanças de Posição de G. C. Davison

Considerando as publicações de Davison, fica evidente uma mudança no tipo de críticas dirigidas aos procedimentos de reorientação sexual com o passar do tempo. Embora as primeiras publicações (Davison & Wilson, 1973; Wilson & Davison, 1974), já apresentem críticas aos procedimentos de reorientação sexual, as discussões não colocavam em dúvida a necessidade desse tipo de terapia. Em geral, as críticas estavam baseadas na identificação de falhas metodológicas e teóricas cometidas por terapeutas, que dificultavam uma avaliação adequada da efetividade dos procedimentos empregados. Mesmo as críticas éticas não conduziam, nesse contexto, à conclusão de que as terapias de reorientação sexual deveriam ser abandonadas. No entanto, com o tempo, as críticas de Davison tornaram-se francamente políticas e, conseqüentemente, ele passou a defender que as terapias de reorientação sexual não deveriam ser consideradas na atuação de terapeutas comportamentais.

Essa “radicalização” é reiterada e explicada por relatos autobiográficos do autor, que descrevem sua mudança de postura e crescentes críticas às terapias de reorientação sexual e à patologização do comportamento homossexual (Davison, 2001, 2016). Davison atribui essa mudança de postura, primordialmente, ao seu contato com Charles Silverstein (1935-2023). Silverstein dirigiu o Institute for Human Identity e também foi o fundador do Journal of Homosexuality, em 1974 – espaço de onde partiram diversas discussões críticas sobre as terapias de reorientação sexual. O periódico tornou-se um veículo de comunicação fora do modelo médico da homossexualidade para a publicação de estudos não reconhecidos ou recusados por outros periódicos por seu conteúdo polêmico (Joyce & Schrader, 1999).

O contato inicial entre Davison e Silverstein se deu em 1972, em uma convenção da AABT (Davison, 2001, 2016). Um pouco antes da convenção, Davison ministrou um workshop baseado no estudo que ele vinha desenvolvendo com Terry Wilson e viria a ser publicado em 1974 (Wilson & Davison, 1974). Charles Silverstein, então recém doutor pela Rutgers Clinical Program, estava no workshop e fez diversos questionamentos a Davison sobre as razões para seu envolvimento nesse tipo de prática e pesquisa. Na época, Davison argumentou que só fornecia reorientação sexual àqueles que a solicitassem, acreditando que esta era uma postura profissional responsável (Davison, 2006).

No intervalo, Silverstein pediu autorização a Davison para entregar panfletos sobre um simpósio que tinha organizado para o último dia da convenção – algo que, segundo Davison (2006), parecia com os “flyers políticos radicais” comuns no início dos anos 1970. No final da convenção, ao perceber que perderia o próximo trem para voltar a sua cidade, Davison decidiu comparecer ao simpósio de Silverstein (Davison, 2006).

No simpósio, Silverstein argumentou que os terapeutas estavam fortalecendo o preconceito contra homossexuais com seus programas de reorientação sexual.

A audiência era ainda mais radical, acusando os participantes da convenção de promoverem uma “terapia comportamental fascista”. Ao final do simpósio, Davison teria deixado o hotel perturbado, “com uma mistura de ultraje, curiosidade e nascente respeito” (Davison, 2001, p. 344), o que fez com que ele começasse a rever seu trabalho sobre o tema e os treinamentos que implementou com os estudantes ao longo dos anos. Nas semanas seguintes ao evento, Davison iniciou uma série de discussões com diversos amigos, colegas e estudantes de Stony Brook em um seminário que ministrava sobre homossexualidade – algo que veio a selar as mudanças na sua postura sobre a admissibilidade das técnicas de reorientação sexual (Davison, 2006).

Em 1973, Davison tornou-se presidente da AABT. Um ano depois, ele defendeu veementemente no Conselho de diretores da associação uma moção que propunha que a homossexualidade não era um sinal de patologia, sendo urgente que todos os profissionais de saúde mental auxiliassem na eliminação desse estigma. Eles assumiriam assim que o preconceito não seria modificado sem uma concessão formal de direitos humanos e civis básicos dos quais outros cidadãos gozam (Davison, 2006).

No entanto, sabendo que isso seria insuficiente para mudar o posicionamento de todos os membros do Conselho, Davison escolheu abordar o tema em seu discurso presidencial, em 1974, na convenção de Chicago. Segundo ele, o clima da convenção era de tensão, pois alguns dos palestrantes haviam sido abordados por grupos de ativistas que viam os terapeutas comportamentais como fascistas, o que demandou policiamento extra (Davison, 2006). No seu discurso, Davison apresentou uma fala intitulada *Homosexuality: The ethical challenge*.

Na convenção anual da AABT de 1975, Davison apresentou um trabalho derivado desse seu discurso presidencial em um simpósio intitulado *Homosexuality and the ethics of behavioral intervention* (que contou também com a participação de Silverstein). Um ano depois ele publicou um artigo com o mesmo título do discurso presidencial no *Journal of Consulting and Clinical Psychology* (Davison, 1976). Em 1977, esse artigo foi republicado com algumas alterações no periódico *Journal of Homosexuality* (Davison, 1977).

Esse, portanto, foi o contexto em que Davison começou a publicar suas críticas mais contundentes ao mito da neutralidade terapêutica e ao suposto caráter patológico da homossexualidade, denunciando a omissão de terapeutas comportamentais em assumir a noção de determinação cultural em sua avaliação dos motivos que levam os pacientes a demandarem os procedimentos de reorientação sexual. Ele passou também a desviar suas críticas dos aspectos metodológicos de algumas pesquisas aplicadas, focando-se em argumentos éticos e, principalmente, políticos sobre a pertinência de realizarem ou não as intervenções. Aqui, Davison foi enfático em propor que seus colegas parassem de empregar as terapias de reorientação sexual, mesmo quando solicitadas pelos pacientes (Davison, 1976).

Davison apontou também para a difícil situação política que a Análise do Comportamento passava na época, dado que em 1974 os terapeutas comportamentais estavam sendo enquadrados pela ACLU e no Senate Committee pelo Senador Sam Ervin por denúncias de suas práticas. Dessa forma, Davison se associou a Richard

Stuart – o novo presidente eleito da AABT ainda em 1974 – para dar um discurso no encontro da ACLU em Milwaukee em defesa da terapia comportamental e da desmistificação da visão sensacionalista da mídia da época – como o equacionamento que Sam Ervin fez da terapia comportamental com a lobotomia. Esse discurso de Davison tornou-se uma publicação de 1975, denominada *Behavioral Therapy and Civil Liberties* (Davison, 2006).

Já no que se refere ao artigo *Homosexuality: The ethical challenge*, cabe mencionar que a ideia inicial de Davison era publicá-lo no periódico *American Psychologist*. No entanto, ele teria recebido uma resposta negativa do editor, que lhe adiantou que o artigo não seria aceito devido à polêmica do tema. Como alternativa, Davison recorreu ao editor do *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, que também indicou a dificuldade de publicação pelo processo editorial padrão. No entanto, esse editor propôs, como alternativa, o aceite direto do artigo, desde que Davison indicasse alguns autores para publicarem contrapontos na mesma edição do periódico. Os autores escolhidos por Davison foram Seymour Halleck e Irving Bieber (Davison, 2001). Uma linha editorial semelhante parece ter sido adotada na publicação do artigo *Homosexuality and the ethics of behavioral intervention* (Davison, 1977) em *Journal of Homosexuality*, pois três autores (Binder, Feldman e McConaghy) foram convidados a debater os artigos decorrentes das apresentações do simpósio de 1975, que foram publicados naquele número (Begelman, 1977, Davison, 1977, Silverstein, 1977).

### III. Sobre os Contra-Argumentos

Apesar das menções positivas de Davison (1976) ao seu trabalho, Halleck teve fortes críticas ao estudo de Davison, em particular à sua sugestão de que técnicas de reorientação sexual deveriam ser abandonadas por terapeutas comportamentais – críticas essas que surpreenderam Davison (2001). Halleck, no entanto, pareceu apresentar uma compreensão enviesada da proposta de Davison, demonstrando maior preocupação com as consequências do abandono de certas técnicas, do que com o papel político que os terapeutas comportamentais estavam efetivamente exercendo. Adicionalmente, ainda que Halleck demonstrasse preferência por intervenções inclusivas, ele não pareceu demonstrar um posicionamento tão explícito quanto o de Davison (1976) referente à adesão a ações coletivas que pudessem auxiliar os pacientes homossexuais.

Cabe destacar ainda que os próprios exemplos que Halleck utiliza para justificar o acesso aos procedimentos de reorientação sexual, atestam uma posição política perigosa aos que vinham sofrendo tais intervenções. Algumas das demandas apontadas por Halleck como justificáveis, incluíam o controle da bissexualidade para a manutenção do casamento tradicional, situações em que a homossexualidade era uma decorrência do “medo da heterossexualidade”, ou a necessidade de controlar a pedofilia. De maneira indireta, o autor tece relações bastante enviesadas entre homossexualidade, relações monogâmicas e pedofilia.

Binder (1977) adota uma linha argumentativa semelhante a de Halleck. Ele concorda com a afirmação de Davison de que parte dos terapeutas comportamentais

compreendem a homossexualidade como anormal. No entanto, propõe uma “terceira via” de atuação ao considerar a modificação do comportamento como um processo educacional e não uma atividade curativa ou eliminativa. Para Binder, além dos terapeutas atuarem em favor da aceitação dos pacientes de própria sexualidade, eles poderiam ensinar aqueles com uma preferência sexual exclusiva a se tornarem sexualmente atraídos por pessoas de outro sexo, aumentando assim a sua liberdade individual. Nas palavras do autor:

Se o termo *mudar* pretende incluir a expansão, bem como a supressão de vários repertórios comportamentais, oponho-me à posição que se recusa a fornecer técnicas para mudar a orientação sexual. Mas se distinguirmos entre mudança eliminativa e mudança facilitadora, oponho-me apenas àqueles que recusariam aos seus clientes a última categoria de técnicas (Binder, 1977, p. 252)

Adicionalmente, para Binder, o foco do problema social não estaria na sexualidade, mas sim em uma cultura que pune a expressão afetiva e promove a solidão, ansiedade interpessoal e disfunções sexuais. A solução residiria, portanto, na promoção da afetividade:

Pessoas, ao invés de gêneros, tornar-se-ão objetos de afeição, e podem ou não tornarem-se objetos de atração sexual. Indivíduos serão ensinados a relaxar sem culpa com respeito ao comportamento homossexual ou heterossexual, e a serem capazes de “ligarem-se” a outros indivíduos, independente do gênero (Binder, 1977, p. 258-259)

Binder (1977) parece apresentar uma perspectiva sensivelmente diferente dos outros interlocutores de Davison, seja quando sugere a aplicação de técnicas de modificação do comportamento sexual para a ampliação da sexualidade, seja quando desloca a questão do gênero para a pessoa. O problema dessa visão quase “idealista” é que ela parece afastar-se de propostas políticas concretas no debate que estava em curso, retirando o foco das lutas e conquistas que estavam ocorrendo naquele contexto por parte do movimento de pessoas homossexuais.

Em relação a Bieber (1976), Sturgis e Adams (1978) e McConaghy (1977) o que se verifica em suas argumentações é a adesão à noção de neutralidade no empreendimento científico (e na atuação terapêutica), bem como a sustentação da posição de que o preconceito social não seria a causa dos problemas vivenciados por homossexuais, ou mesmo de suas demandas por procedimentos de reorientação sexual. Tampouco a oferta de tais procedimentos era vista por esses autores como vinculada à perspectiva que concebia a homossexualidade como patológica.

Vale destacar que boa parte das críticas de Bieber (1976), Sturgis e Adams (1978), McConaghy (1977) e Feldman (1977) voltavam-se para a suposta carência de evidências empíricas das proposições de Davison. De acordo com esses autores, isso se demonstraria na afirmação de Davison de que as intervenções dos terapeutas se pautavam em uma concepção de anormalidade (McConaghy, 1977; Feldman, 1977), de que a homossexualidade não se tratava de uma condição patológica

(Bieber, 1976), ou na falta de estudos sobre as consequências que certas ações sociais teriam na sociedade antes de poder torná-las propositivas (Sturgis & Adams, 1978).

Outro ponto que merece destaque são os motivos da reação de muitos opositores de Davison à proposta de que terapeutas comportamentais deveriam deixar de oferecer terapias de reorientação sexual. Uma hipótese plausível para essa resistência são os reforçadores (principalmente financeiros) que estavam envolvidos na condução dessas terapias. Philip Feldman, por exemplo, foi, por algum tempo, uma referência no assunto, no Reino Unido, publicando em coautoria com M. J. MacCulloch um livro que se tornou uma espécie de manual para terapias de reorientação sexual (Feldman & MacCulloch, 1971). Seria, portanto, de se esperar que terapeutas que ganharam reconhecimento e, principalmente, dinheiro com terapias de reorientação sexual se opusessem à proposta de abandono desse tipo de terapia.

Sobre o embate com Bieber, cabe destacar que as divergências com Davison ultrapassam a incompatibilidade teórica. Bieber foi um dos principais proponentes das terapias de reorientação sexual, tendo protagonizado a única tentativa de conduzir um estudo sobre a homossexualidade nos anos do pós-guerra com o Committee of Medical Psychoanalysis – vinculado a um novo grupo, a American Academy of Psychoanalysis (Friedman & Downey, 1998). Esse grupo não tinha filiação com a tradicional American Psychoanalytic Association. Segundo o próprio Bieber, ele teria saído da associação porque acreditava que o instituto desencorajava a livre investigação (Friedman & Downey, 1998). Portanto, é possível que a nova associação tendo sido fundada como forma de conduzir estudos que mantivessem a perspectiva psicopatológica da homossexualidade.

Um fato histórico notório que envolveu Bieber no começo de 1970 ocorreu na convenção anual da American Psychiatric Association em São Francisco. O espaço se tornou o foco dos movimentos da Gay Liberation Front, que solicitavam que a psiquiatria retirasse o diagnóstico de homossexualidade do DSM e desenvolvesse um posicionamento afirmativo em relação ao tema. Em um painel sobre homossexualidade e transexualidade, Bieber foi alvo de protestos e xingado publicamente por ativistas. Somaram-se a isso afirmações de que se ele proferisse contra os negros as mesmas coisas que falava sobre os homossexuais, seria “esquartejado como merecia” (Morgan & Nerison, 1993).

Embora a American Psychiatric Association tenha revogado o diagnóstico de homossexualidade do DSM em 1973, Bieber respondeu a um entrevistador no mesmo ano que “um homossexual seria como uma pessoa cuja função heterossexual está aleijada, tal como as pernas de uma vítima de poliomielite” (Myers, 1991). Mesmo após as polêmicas, ao longo de toda a sua vida, Bieber manteve a sua posição a respeito da homossexualidade.

### Considerações Finais

Este artigo teve o objetivo de resgatar um debate crítico sobre terapias de reorientação sexual que contasse com a participação de algum analista do

comportamento na década de 1970. O procedimento de seleção do material adotado permitiu identificar G. C. Davison como um exemplo emblemático de analista do comportamento que se opôs a essas terapias nesse contexto. Constatou-se, com base nas discussões levantadas por esse autor, que na década de 1970 a terapia comportamental foi palco de fortes tensões sobre o tema. De um lado, encontrava-se uma perspectiva fundamentalmente marcada pela defesa da neutralidade política, e uma reação contrária às mudanças propostas por analistas do comportamento críticos aos procedimentos de reorientação sexual. De outro lado, constatou-se a existência de uma perspectiva característica do comportamentalismo radical, que considera o contexto social envolvido na gênese e manutenção dos valores sociais, apontando a impossibilidade da neutralidade em uma ciência do comportamento (Holland, 1974).

No que diz respeito ao debate reconstruído neste trabalho, as teses fundamentais presentes nos contra-argumentos endereçados a Davison, eram partilhadas pelos diferentes autores, a despeito de sua formação ou referencial teórico: Bieber era psicanalista; Halleck e McConaghy, psiquiatras; Sturgis, Adams, Binder e Feldman, analistas do comportamento.

Para além da defesa de neutralidade, sustentada pela maioria dos opositores de Davison, destaca-se como tese central de muitos contra-argumentos a defesa da “voluntariedade” individual como critério para a implementação de procedimentos de reorientação sexual. Além de incompatível com o “determinismo” que inspira o comportamentalismo radical, tal concepção subdimensiona os determinantes da busca de pacientes pelos procedimentos de reorientação sexual e o impacto da articulação política em prol de alternativas de intervenção inclusivas aos homossexuais (Conine et al., 2021).

Por fim, o debate sobre terapias de reorientação sexual apresentado neste trabalho dá relevo à história de tensões entre ciência e política na área. Argumentos e contra-argumentos técnicos ou metodológicos parecem ser mais bem aceitos do que aqueles que revelam um posicionamento assumidamente político. No entanto, no contexto desse debate torna-se evidente que essa preferência pela dimensão metodológica não deixa de ser um posicionamento político. A defesa da neutralidade é uma defesa da manutenção das relações de poder vigentes, recusando a possibilidade de que a ciência e as intervenções orientadas pelo conhecimento científico possam desempenhar um papel social transformador (Fox & Prilleltensky, 1996). Essa constatação nos leva a concluir que ainda que os argumentos críticos de Davison, bem como os contra-argumentos de outros autores, sejam bastante antigos, essa história não deve ser apagada ou esquecida, sob a pena da área continuar repetindo os mesmos erros do passado.

## Referências

American Psychological Association (2009). *Report of the American Psychological Association Task Force on appropriate therapeutic responses to sexual orientation*. Washington, DC: APA. Retirado em 05 de março de 2022, de <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/therapeutic-response.pdf>

- Begelman, Dr. D. A. (1977). Homosexuality and the ethics of behavioral intervention: Paper 3. *Journal of Homosexuality*, 2(3), 213-219. [https://doi.org/10.1300/j082v02n03\\_03](https://doi.org/10.1300/j082v02n03_03)
- Bieber, I. (1976). A discussion of "Homosexuality: The ethical challenge." *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 44(2), 163-166. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.44.2.163>
- Bieber, I., Dain, H. J., Dince, P. R., Drellich, M. G., Grand, H. G., Gundlach, R. H., Kremer, M. W., Rifkin, A. H., Wilbur, C. B., & Bieber, T. B. (1962). *Homosexuality: A psychoanalytic study*. Basic Books.
- Binder, C. V. (1977). Affection training: An alternative to sexual reorientation. *Journal of Homosexuality*, 2(3), 251-259. [http://dx.doi.org/10.1300/J082v02n03\\_08](http://dx.doi.org/10.1300/J082v02n03_08)
- Capriotti, M. R., & Donaldson, J. M. (2021). "Why don't behavior analysts do something?" Behavior analysts' historical, present, and potential future actions on sexual and gender minority issues. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 55(1), 19-39. <https://doi.org/10.1002/jaba.884>
- Carvalho, M. R. A., Silveira, J. M., & Dittrich, A. (2013). Tratamento dado ao tema "Homossexualidade" em artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: Uma Revisão Crítica. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7(2), 72-81. <https://doi.org/10.18542/rebac.v7i2.1451>
- Conine, D. E., Campau, S. C., & Petronelli, A. K. (2021). LGBTQ+ conversion therapy and applied behavior analysis: A call to action. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 55(1), 6-18. <https://doi.org/10.1002/jaba.876>
- Davison, G. C. (1968). Elimination of a sadistic fantasy by a client-controlled counterconditioning technique: A case study. *Journal of Abnormal Psychology*, 73(1), 84-90. <https://doi.org/10.1037/h0025440>
- Davison, G. C. (1976). Homosexuality: The ethical challenge. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 44(2), 157-162. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.44.2.157>
- Davison, G. C. (1977). Homosexuality and the ethics of behavioral intervention: Paper 1 Homosexuality, the ethical challenge. *Journal of Homosexuality*, 2(3), 195-204. [http://doi.org/10.1300/J082v02n03\\_01](http://doi.org/10.1300/J082v02n03_01)
- Davison, G. C. (1978). Not can but ought: The treatment of homosexuality. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 46(1), 170-172. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.46.1.170>
- Davison, G. C. (2001). Values and constructionism in clinical assessment: Some historical and personal perspectives on behavior therapy. In W. O'Donohue, D. Henderson, S. Hayes, J. Fisher, & L. Hayes (Eds.), *A history of the behavioral therapies: Founders' personal histories* (1nd ed., pp 337-357). Context Press.
- Davison, G. C. (2016). Some reflections on the evolution of behavior therapy during ABCT's first 50 years. *Cognitive and Behavioral Practice*, 23(4), 420-425. <https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2015.12.001>
- Davison, G. C., & Wilson, G. T. (1973). Attitudes of behavior therapists toward homosexuality. *Behavior Therapy*, 4(5), 686-696. [https://doi.org/10.1016/s0005-7894\(73\)80160-1](https://doi.org/10.1016/s0005-7894(73)80160-1)

- DeFelice, K. A., & Diller, J. W. (2019). Intersectional feminism and behavior analysis. *Behavior Analysis in Practice, 12*(4), 831-838. <https://doi.org/10.1007/s40617-019-00341-w>
- Drescher, J. (2015). Out of DSM: Depathologizing Homosexuality. *Behavioral Sciences, 5*(4), 565-575. <https://doi.org/10.3390/bs5040565>
- Feldman, P. (1977). Helping homosexual with problems: A commentary and a personal view. *Journal of Homosexuality, 2*(3), 241-249. [https://doi.org/10.1300/J082v02n03\\_07](https://doi.org/10.1300/J082v02n03_07)
- Feldman, M. P. & MacCulloch, M. J. (1971). *Homosexual behavior: Therapy and assessment*. Pergamon Press.
- Fox, D. R. & Prilleltensky, I. (1996). The inescapable nature of politics in psychology: A response to O'Donohue and Dyslin. *New Ideas in Psychology, 14*(1), 21-26. [https://doi.org/10.1016/0732-118X\(95\)00028-F](https://doi.org/10.1016/0732-118X(95)00028-F)
- Friedman, R. C., & Downey, J. I. (1998). *The American Journal of Psychoanalysis, 58*(3), 249-270. <https://doi.org/10.1023/a:1022583223820>
- Halleck, S. L. (1976). Another response to "Homosexuality: The ethical challenge." *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 44*(2), 167-170. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.44.2.167>
- Holland, J. G. (1974). Behavior modification for prisoners, patients, and other people as a prescription for the planned society. *The Prison Journal, 54*(1), 23-37. <https://doi.org/10.1177/003288557405400104>
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of problem or part of solution? *Journal of Applied Behavior Analysis, 11*(1), 163-174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- Johnson, A. H. (2022). The weight of warm: A response to "Editor's note: Societal changes and expression of concern about Rekers and Lovaas' (1974) Behavioral treatment of deviant sex-role in a male child". *Behavior Analysis in Practice, 15*, 971-979. <https://doi.org/10.1007/s40617-022-00683-y>
- Joyce, S., & Schrader, A. M. (1999). Twenty years of the Journal of Homosexuality. *Journal of Homosexuality, 37*(1), 3-24. [https://doi.org/10.1300/j082v37n01\\_02](https://doi.org/10.1300/j082v37n01_02)
- McConaghy, N. (1977). Behavioral intervention in homosexuality. *Journal of Homosexuality, 2*(3), 221-227. [https://doi.org/10.1300/J082v02n03\\_04](https://doi.org/10.1300/J082v02n03_04)
- Myers, S. L. (1991, August 28). Irving Bieber, 80, a psychoanalyst who studied homosexuality, dies. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/1991/08/28/nyregion/irving-bieber-80-a-psychoanalyst-who-studied-homosexuality-dies.html>
- Morgan, K. S., & Nerison, R. M. (1993). Homosexuality and psychopolitics: An historical overview. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training, 30*(1), 133-140. <https://doi.org/10.1037/0033-3204.30.1.133>
- Morris, C., Goetz, D. B., & Gabriele-Black, K. (2021). The treatment of LGBTQ+ individuals in behavior-analytic publications: A historical review. *Behavior Analysis in Practice, 14*, 1179-1190. <https://doi.org/10.1007/s40617-020-00546-4>

- Rekers, G. A., & Lovaas, O. I. (1974). Behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in a male child. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 7(2), 173-190. <https://doi.org/10.1901/jaba.1974.7-173>
- Russell, A., & Winkler, R. (1977). Evaluation of assertive training and homosexual guidance service groups designed to improve homosexual functioning. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 45(1), 1-13. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.45.1.1>
- Rutherford, A. (2006). The social control of behavior control: Behavior modification, individual rights, and research ethics in America, 1971-1979. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 42(3), 203-220. <https://doi.org/10.1002/jhbs.20169>
- Rutherford, A. (2009). *Beyond the box: B. F. Skinner's technology of behavior from laboratory to life, 1950-1970s*. University of Toronto Press.
- Silverstein, C. (1977). Homosexuality and the ethics of behavioral intervention: Paper 2. *Journal of Homosexuality*, 2(3), 205-211. [https://doi.org/10.1300/j082v02n03\\_02](https://doi.org/10.1300/j082v02n03_02)
- Society for the Experimental Analysis of Behavior & LeBlanc, L. A. (2020). Editor's Note: Societal changes and expression of concern about Rekers and Lovaas' (1974) Behavioral Treatment of Deviant Sex Role Behaviors in a Male Child. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 53(4), 1830-1836. <https://doi.org/10.1002/jaba.768>
- Sturgis, E. T., & Adams, H. E. (1978). The right to treatment: Issues in the treatment of homosexuality. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 46(1), 165-169. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.46.1.165>
- Wilson, G. T., & Davison, G. C. (1974). Behavior therapy and homosexuality: A critical perspective. *Behavior Therapy*, 5(1), 16-28. [https://doi.org/10.1016/s0005-7894\(74\)80082-1](https://doi.org/10.1016/s0005-7894(74)80082-1)

(Received: April 21, 2024; Accepted: July 26, 2024)

### Notas

<sup>1</sup> O termo “modificação do comportamento” vinha sendo utilizado desde a década de 1960 para designar a dimensão aplicada da Análise do Comportamento, mas seu sentido tornou-se cada vez mais abrangente, incluindo uma série de técnicas de controle comportamental empregadas por diferentes agentes sociais. Entre essas técnicas constavam, além do condicionamento clássico e operante, terapias químicas, psicocirurgias, monitoramento eletrônico (Rutherford, 2006).

<sup>2</sup> James Holland foi um dos membros dessa comissão, indicado para analisar as questões éticas em prisões (Rutherford, 2009). Alguns trabalhos do autor publicados nessa época (e.g. Holland, 1974, 1978) mostram seu posicionamento crítico sobre vários casos de modificação de comportamento.

<sup>3</sup> A identificação de Davison com a Análise do Comportamento foi confirmada por uma narrativa autobiográfica sobre seu posicionamento crítico acerca dos procedimentos de reorientação sexual, na qual ele explicita sua filiação teórica (Davison, 2006).

